



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - RETIFICADO

Apresenta-se organizado neste documento um conjunto de elementos e informações caracterizadores, para subsidiar o processo de contratação.

Este documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade identificada.

Sendo assim, detecta-se a necessidade (primeiro passo do processo) e transforma-se essa necessidade em uma **requisição** (documento padrão a ser preenchido pelo requisitante) na qual descreve-se de forma detalhada o que se almeja e se encaminha ao departamento de licitações.

Portanto, o objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la sob a perspectiva do interesse Público e em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Com efeito, trata-se de documento constituído com a soma de esforços do departamento requisitante, departamento de licitações e dos agentes de contratação que atuarão ao longo do certame, com a intervenção de profissionais de áreas de conhecimento específico do objeto pretendido.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 NÚMERO DO PROCESSO:

Será definido pelo departamento de licitações.

1.2 OBJETO

Aquisição de 02 (dois) veículos automotores novos (zero quilômetro), destinados ao atendimento das demandas institucionais do Município, sendo 01 (um) veículo para uso do Gabinete, voltado ao suporte das atividades administrativas, institucionais e de representação oficial, e 01 (um) veículo para a Secretaria Municipal de Assistência Social, destinado ao atendimento de programas, serviços e ações socioassistenciais, especialmente no deslocamento de equipes técnicas e usuários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.3 DA DEFINIÇÃO DE OBJETO COMO COMUM

O objeto desta contratação é caracterizado como comum, visto que, o objeto possui padrão de desempenho e qualidade que pode ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4 DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES (ART. 78, LEI 14.133/2021)

1.4.1 Registro de Preços

Não serão observadas as regras do sistema de registro de preços por se tratar de bem cujas quantidades são completamente previsíveis e de entrega imediata e integral e os prazos de entrega estão delimitados no Termo de Referência.

1.5 DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA



MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 95.594.776/0001-93
Avenida do Rosário, 228 Fone 45 3288-1144 CEP 85795-000 Santa Lúcia – Pr.

Não será permitida a participação de pessoa física considerando que a presente contratação exige capital social mínimo bem como estrutura mínima adequada para armazenamento dos produtos incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física nos termos do art.4º do Decreto nº298/2023.

1.6 DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Será permitida a participação de empresas em consórcio na presente contratação, desde que atendidos os requisitos previstos nos incisos art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.7 DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Será permitida a participação de empresas em cooperativa na presente contratação desde que atendidos os requisitos previstos nos incisos I a IV do art. 16 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.8 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Será concedido **tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas** mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, desde que comprovem no ato de envio/protocolo da proposta de preço a sua condição de ME/EPP.

2. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Servidor: Silvania Aparecida Costa Farias - Matrícula: 11421

Servidor: Silvano Tortelli – Matrícula: 11391

Servidor: Fernanda.C. Bohn da Silva – Matrícula: 10661

3. NORMAS E DIRETRIZES QUE BASEIAM ESTE ETP

Aplica-se à contratação proposta os seguintes marcos normativos:

Esta contratação está sujeita à Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, além dos seguintes decretos: o Decreto Municipal nº 078/2024, que estabelece critérios de licitação baseados no menor preço ou maior desconto; o Decreto Municipal nº 286/2023, que regulamenta a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP); o Decreto Municipal nº 287/2023, que disciplina a Pesquisa de Preço, o Decreto Municipal nº 290/2023 que regulamenta a elaboração do Termo de Referência, juntamente com outros decretos aplicáveis à NLLC para este caso.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

A presente contratação decorre da necessidade de recomposição da frota municipal, tendo em vista que os veículos anteriormente utilizados pelo Gabinete e pela Secretaria Municipal de Assistência Social foram classificados como inservíveis e destinados à alienação por meio de leilão público, em razão do desgaste natural pelo uso contínuo, elevados custos de manutenção e comprometimento da eficiência operacional.

A ausência desses veículos impacta diretamente na continuidade e qualidade dos serviços públicos prestados, especialmente no que se refere ao deslocamento de servidores, atendimento institucional, execução de atividades administrativas e, principalmente, às ações socioassistenciais, que demandam



MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 95.594.776/0001-93
Avenida do Rosário, 228 Fone 45 3288-1144 CEP 85795-000 Santa Lúcia – Pr.

mobilidade constante para atendimento domiciliar, acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade, visitas técnicas, transporte de usuários e articulação de políticas públicas.

No âmbito do Gabinete, o veículo é essencial para garantir o suporte às atividades institucionais, deslocamentos oficiais, representação do Município e atendimento às demandas administrativas de caráter urgente e estratégico. Já no âmbito da Assistência Social, a indisponibilidade de veículo compromete diretamente a execução dos serviços essenciais, podendo gerar prejuízos à população atendida, sobretudo aos usuários em situação de risco social.

Dessa forma, a contratação visa assegurar a continuidade dos serviços públicos, garantir eficiência administrativa, reduzir custos indiretos decorrentes de locações emergenciais ou uso inadequado de veículos de outras secretarias, bem como promover melhores condições de trabalho às equipes técnicas.

Sob a perspectiva do interesse público, a aquisição dos veículos mostra-se medida indispensável para manter a regularidade das atividades administrativas e dos serviços socioassistenciais, assegurando o atendimento adequado à população e a efetividade das políticas públicas municipais.

5. ÁREA REQUISITANTE

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
GABINETE DO PREFEITO	SILVANO TORTELLI
SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SILVANIA APARECIDA COSTA

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Veículo tipo SUV, 0 km; Ano 2026/modelo mínimo correspondente ao da data da entrega; Motorização mínima 1.3 ou superior; Potência mínima de 120 cv; Torque mínimo de 20 kgfm; Combustível: flex (gasolina/etanol); Transmissão automática; Direção elétrica ou eletroassistida; Comprimento mínimo de 4.400 mm	UN	1



MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 95.594.776/0001-93

Avenida do Rosário, 228 Fone 45 3288-1144 CEP 85795-000 Santa Lúcia – Pr.

	<p>Entre-eixos mínimos de 2.600 mm;</p> <p>Largura mínima de 1.800 mm;</p> <p>Capacidade para 05 ocupantes, originalmente de fábrica (sem terceira fileira de bancos);</p> <p>Bancos com revestimento em tecido ou material sintético de qualidade equivalente;</p> <p>Banco do motorista com ajuste de altura;</p> <p>Encosto de cabeça para todos os ocupantes;</p> <p>Cintos de segurança de 3 pontos para todos os ocupantes;</p> <p>Porta-malas mínimo de 440 litros;</p> <p>Tanque com no mínimo 47 litros.</p> <p>Mínimo de 06 airbags;</p> <p>Freios ABS com EBD;</p> <p>Controle de estabilidade e tração;</p> <p>Assistente de partida em rampa;</p> <p>Ar-condicionado;</p> <p>Vidros e travas elétricas;</p> <p>Sistema multimídia com tela sensível ao toque;</p> <p>Conectividade mínima: Bluetooth e USB;</p> <p>Compatibilidade com Android Auto e Apple CarPlay;</p> <p>Computador de bordo;</p> <p>Direção com regulagem de altura e/ou profundidade;</p> <p>Sensor de estacionamento traseiro e/ou câmera de ré;</p> <p>Assistente de frenagem de emergência ;</p> <p>Controle automático de velocidade (piloto automático),</p> <p>Rodas aro mínimo 16 polegadas;</p> <p>Pneus compatíveis com o veículo;</p>		
--	---	--	--



MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 95.594.776/0001-93

Avenida do Rosário, 228 Fone 45 3288-1144 CEP 85795-000 Santa Lúcia – Pr.

	<p>Estepe, macaco, chave de roda e triângulo;</p> <p>Limpador e desembaçador do vidro traseiro;</p> <p>Faróis com tecnologia halógena, LED ou equivalente;</p> <p>Luzes de circulação diurna (DRL);</p> <p>Cor: cinza ou prata ou chumbo;</p> <p>Garantia mínima de 03 anos;</p> <p>Atender às normas do CONTRAN;</p> <p>O veículo deverá possuir classificação mínima “C” de eficiência energética, conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, ou equivalente vigente.</p>		
2	<p>Veículo Tipo: sedan de passeio 0 km</p> <p>Ano 2026: no mínimo do exercício vigente</p> <p>Cor: branca sólida</p> <p>Capacidade: 05 passageiros (incluindo motorista)</p> <p>Motorização: (três cilindros) ou superior</p> <p>Combustível: flex (etanol/gasolina)</p> <p>Potência mínima: 98 cv</p> <p>Transmissão: automática (CVT ou convencional)</p> <p>Direção: elétrica ou hidráulica</p> <p>Freios: ABS com EBD</p> <p>Controle eletrônico de estabilidade (ESP)</p> <p>Controle de tração</p> <p>Airbags: mínimo 04 (frontais e laterais)</p> <p>Ar-condicionado</p> <p>Vidros elétricos nas quatro portas</p>	UN	1



MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 95.594.776/0001-93
Avenida do Rosário, 228 Fone 45 3288-1144 CEP 85795-000 Santa Lúcia – Pr.

	Travas elétricas Sistema multimídia com tela sensível ao toque, tamanho mínimo 7 polegadas. Conectividade Bluetooth e/ou USB Computador de bordo Sensor de estacionamento traseiro Câmera de ré (quando disponível na versão) Rodas mínimo aro 15” Porta-malas com capacidade mínima de 450 litros Tanque de combustível mínimo 40 litros. Garantia mínima de 03 (três) anos. Equipamentos obrigatórios conforme CONTRAN Plotagem conforme modelo padrão SUAS.		
--	---	--	--

6.2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os veículos deverão ser novos (zero quilômetro), sem uso anterior.

Ano de fabricação/modelo mínimo correspondente ao exercício vigente (2026);

Atender integralmente às normas do CONTRAN e demais legislações aplicáveis;

Possuir garantia mínima de 03 (três) anos, conforme padrão de fábrica;

Ser fornecidos com todos os equipamentos obrigatórios, conforme legislação de trânsito;

Possuir classificação mínima “C” de eficiência energética, conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV); **(somente item 01)** A exigência de que o veículo a ser adquirido possua classificação mínima “C” de eficiência energética, conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, justifica-se pela necessidade de promover maior economicidade, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos públicos.

Sob o aspecto econômico, veículos com melhor classificação energética apresentam menor consumo de combustível, o que resulta em redução significativa dos custos operacionais ao longo da vida útil do bem, especialmente considerando o uso contínuo em atividades administrativas. Tal medida está alinhada ao princípio da economicidade previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Do ponto de vista ambiental, a exigência contribui para a redução da emissão de gases poluentes e do impacto ambiental decorrente da utilização da frota pública, estando em consonância com as diretrizes do desenvolvimento nacional sustentável e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, que orienta a adoção de critérios de eficiência energética nas aquisições públicas.

Item 01 - A definição de comprimento mínimo de 4.400 mm e tanque com capacidade mínima de 47 litros justifica-se tecnicamente em razão da finalidade institucional do veículo, destinado ao transporte do Poder Executivo Municipal em deslocamentos frequentes, inclusive intermunicipais, como à cidade de



MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 95.594.776/0001-93
Avenida do Rosário, 228 Fone 45 3288-1144 CEP 85795-000 Santa Lúcia – Pr.

Curitiba, muitas vezes com ocupação total de 05 (cinco) passageiros, demandando adequado espaço interno, conforto e capacidade de acomodação, visto que se trata de 06 (seis) horas de viagem, no qual o espaço e conforto são essenciais o que é assegurado por veículos com maior dimensão longitudinal; adicionalmente, a exigência de tanque com capacidade mínima visa garantir autonomia compatível com viagens de longa distância, reduzindo a necessidade de paradas para abastecimento, mitigando riscos de atrasos e aumentando a eficiência logística e a segurança operacional, sem restringir a competitividade, mas apenas estabelecendo parâmetros mínimos proporcionais e necessários ao atendimento do interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Entrega com todos os acessórios, manuais e documentação necessários ao pleno funcionamento;

O fornecedor deverá assegurar assistência técnica autorizada em distância razoável do Município.

Os itens deverão ser originais de fábrica ou cuja instalação não ocasione a perda de garantia de fábrica do veículo.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foi realizado o levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis para atendimento da necessidade de disponibilização de veículos ao Gabinete e à Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando não apenas o custo inicial, mas também o ciclo de vida do objeto, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e boas práticas de gestão pública.

ALTERNATIVAS IDENTIFICADAS

A) Aquisição de veículos novos (solução analisada)

Aquisição de veículos zero quilômetro, com incorporação ao patrimônio público.

B) Locação de veículos (sem motorista)

Contratação de empresa especializada para disponibilização de veículos mediante pagamento mensal.

C) Remanejamento de frota existente

Redistribuição de veículos já pertencentes à Administração.

ANÁLISE SOB A ÓTICA DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

A análise do ciclo de vida considera todos os custos associados ao bem ao longo de sua existência, incluindo: aquisição, operação (combustível), manutenção, depreciação e descarte final (alienação).

A) Aquisição de veículos

Custos envolvidos ao longo do ciclo de vida:

Investimento inicial (aquisição);

Custos operacionais (combustível);

Manutenção preventiva e corretiva (mais baixos nos primeiros anos, devido à garantia);

Depreciação do bem;

Possibilidade de recuperação parcial do valor por meio de alienação futura (leilão).

Análise:



MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 95.594.776/0001-93
Avenida do Rosário, 228 Fone 45 3288-1144 CEP 85795-000 Santa Lúcia – Pr.

Apesar do custo inicial mais elevado, a aquisição permite diluição do investimento ao longo da vida útil do bem (em média 5 a 10 anos);

Menores custos de manutenção no período de garantia;

Possibilidade de planejamento de substituição da frota;

Recuperação de valor residual ao final do ciclo, reduzindo o custo total de propriedade.

B) Locação de veículos

Custos envolvidos ao longo do ciclo de vida:

Pagamentos mensais contínuos (custo operacional direto);

Custos embutidos de manutenção, seguro e depreciação (transferidos à contratada);

Ausência de valor residual ao final do contrato.

Análise:

Elimina o investimento inicial, porém gera despesa contínua e cumulativa;

Em contratos de médio e longo prazo (24 a 60 meses), o custo total tende a superar o valor de aquisição de veículos equivalentes;

Não há incorporação ao patrimônio público, nem recuperação de valor ao final;

Dependência contratual contínua e necessidade de gestão e fiscalização intensiva.

C) Remanejamento de frota

Custos envolvidos:

Não há custo direto imediato, porém há:

Aumento do desgaste da frota existente;

Elevação de custos de manutenção;

Redução da eficiência operacional de outras secretarias.

Análise:

Solução paliativa e não sustentável ao longo do ciclo de vida;

Pode gerar custos indiretos superiores, devido à ineficiência e sobrecarga da frota.

CONCLUSÃO DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a análise técnica, econômica e, especialmente, o ciclo de vida do objeto, conclui-se que:

A locação de veículos, embora reduza o investimento inicial, apresenta custo total mais elevado no médio e longo prazo, sem geração de ativo para a Administração;



MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 95.594.776/0001-93
Avenida do Rosário, 228 Fone 45 3288-1144 CEP 85795-000 Santa Lúcia – Pr.

O remanejamento de frota não atende de forma adequada à necessidade, sendo solução precária e com impacto negativo na eficiência dos serviços;

A aquisição de veículos novos mostra-se a alternativa mais vantajosa, pois:

Garante disponibilidade contínua e imediata;

Permite melhor controle operacional;

Possibilita recuperação de valor ao final da vida útil;

Apresenta melhor relação custo-benefício ao longo do tempo.

Dessa forma, sob a ótica do ciclo de vida do objeto, a aquisição se configura como a solução mais eficiente, econômica e adequada ao interesse público, assegurando a continuidade dos serviços e a boa gestão dos recursos públicos.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução adotada consiste na aquisição de 02 (dois) veículos automotores novos (zero quilômetro), sendo 01 (um) do tipo SUV destinado ao Gabinete e 01 (um) do tipo sedan destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com especificações técnicas adequadas às necessidades operacionais de cada unidade administrativa.

A contratação contempla o fornecimento integral dos veículos, incluindo todos os equipamentos obrigatórios, itens de segurança, tecnologia embarcada, garantia de fábrica e documentação necessária ao pleno funcionamento, devendo os bens serem entregues em perfeitas condições de uso, aptos ao imediato atendimento das demandas institucionais.

A solução foi definida com base em critérios de eficiência, economicidade e sustentabilidade, considerando o ciclo de vida do objeto, de modo a assegurar menor custo global ao longo do tempo, maior durabilidade, redução de gastos com manutenção corretiva e melhor desempenho operacional da frota municipal.

A aquisição dos veículos proporcionará benefícios diretos à Administração Pública, tais como:

Continuidade dos serviços públicos, evitando interrupções decorrentes da ausência de veículos;

Maior eficiência administrativa, com melhoria no deslocamento de servidores e na execução de atividades institucionais;

Atendimento adequado às demandas do Gabinete, garantindo suporte às ações administrativas e de representação oficial;

Fortalecimento das políticas públicas de assistência social, permitindo visitas técnicas, acompanhamento de famílias, transporte de usuários e execução de programas sociais;

Redução de custos indiretos, como locações emergenciais, manutenção excessiva de veículos antigos e uso inadequado de frota compartilhada;

Maior segurança e conforto aos usuários e servidores, em razão da utilização de veículos novos e tecnologicamente atualizados;

Melhoria da gestão da frota, com padronização e previsibilidade de custos.

Sob a perspectiva do interesse público, a solução visa garantir a efetividade, continuidade e qualidade dos serviços prestados à população, especialmente no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, além de assegurar melhores condições operacionais para o desempenho das funções administrativas do Município.

9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades foi elaborada com base na necessidade real de recomposição da frota



MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 95.594.776/0001-93
Avenida do Rosário, 228 Fone 45 3288-1144 CEP 85795-000 Santa Lúcia – Pr.

municipal, considerando a destinação dos veículos atualmente utilizados pelo gabinete e pela Secretaria Municipal de Assistência Social para leilão, o que ocasionará a ausência total de veículos disponíveis para atendimento dessas unidades.

Para definição das quantidades, foram considerados os seguintes critérios:

Levantamento da frota atual e identificação dos veículos classificados como inservíveis e destinados à alienação;

Necessidade mínima operacional de cada unidade administrativa;

Natureza contínua e essencial das atividades desempenhadas;

Inexistência de veículos disponíveis para remanejamento interno sem prejuízo a outras secretarias;

Impossibilidade de compartilhamento eficiente da frota, em razão da simultaneidade das demandas;

Unidade Administrativa	Situação Atual	Necessidade Operacional	Quantidade Estimada
Gabinete	Veículo atual será leiloado	Necessidade permanente de deslocamento institucional, administrativo e representativo	01 veículo
Assistência Social	Veículo atual será leiloado	Necessidade contínua para visitas técnicas, atendimento domiciliar, transporte de usuários e execução de programas sociais	01 veículo

A definição da quantidade de 02 (dois) veículos corresponde ao mínimo necessário para garantir o funcionamento adequado das atividades das unidades envolvidas, não havendo margem para redução sem prejuízo à prestação dos serviços públicos.

No caso do Gabinete, a disponibilidade de veículo é essencial para assegurar o deslocamento do gestor e equipe administrativa em compromissos oficiais, reuniões institucionais e atendimento de demandas urgentes, sendo inviável a execução dessas atividades sem meio de transporte próprio.

Já na Secretaria de Assistência Social, o veículo é instrumento indispensável para a execução das políticas públicas, especialmente no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, realização de visitas domiciliares, acompanhamento técnico e articulação de serviços, sendo a demanda de uso diária e contínua.

Destaca-se que a inexistência de veículos próprios poderá ocasionar:

Interrupção ou atraso na prestação de serviços essenciais;

Prejuízos diretos à população atendida;

Aumento de custos indiretos com soluções emergenciais (locações ou deslocamentos alternativos);

Comprometimento da eficiência administrativa.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Será realizada pesquisa de preços nos termos do Decreto Municipal nº 287/2023, que disciplina a Pesquisa de Preço para obtenção do valor de referência.

Será realizada análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, mediano ou menor preço, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

Estima-se que a contratação será no valor aproximado de R\$330.000,00 (Trezentos e Trinta Mil Reais).



11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a regra geral é o parcelamento do objeto, desde que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

No presente caso, a contratação refere-se à aquisição de 02 (dois) veículos com características distintas, sendo:

01 (um) veículo tipo SUV destinado ao Gabinete;

01 (um) veículo tipo sedan destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Dessa forma, verifica-se que os objetos possuem especificações técnicas diferentes, finalidades distintas e não configuram solução única e indivisível, o que torna tecnicamente viável o parcelamento por itens.

Sob o aspecto econômico, o parcelamento em itens independentes:

Amplia a competitividade, permitindo a participação de maior número de fornecedores, inclusive aqueles que comercializam apenas um dos tipos de veículos;

Possibilita à Administração a obtenção de melhores condições de preço e proposta mais vantajosa para cada item;

Evita a restrição indevida do certame, em conformidade com os princípios da isonomia e da competitividade.

Adicionalmente, não há prejuízo à execução contratual, uma vez que:

Os veículos são bens independentes entre si;

Não há necessidade de integração técnica entre os itens;

A gestão contratual permanece simples, mesmo com adjudicação a fornecedores distintos.

Diante disso, conclui-se que a licitação deverá ser realizada com parcelamento do objeto em itens distintos, sendo 01 item para cada tipo de veículo, por se tratar de solução técnica e economicamente mais adequada, em consonância com a legislação vigente e com o interesse público.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para que as aquisições produzam seus efeitos práticos será imprescindível a contratação de seguro ou a realização de endosso para os veículos no prazo de 60 (sessenta) dias após a homologação, tendo em vista que os veículos não podem circular legalmente sem a devida cobertura de seguro.

13. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, tendo em vista que, à época de sua elaboração, não havia previsão de alienação (leilão) dos veículos então utilizados pelo Gabinete e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, os quais vieram posteriormente a ser classificados como inservíveis.



MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 95.594.776/0001-93
Avenida do Rosário, 228 Fone 45 3288-1144 CEP 85795-000 Santa Lúcia – Pr.

A necessidade da contratação decorre, portanto, de fato superveniente devidamente justificado, consistente na retirada desses veículos da frota municipal, o que ocasionou a ausência de meios adequados para a continuidade das atividades administrativas e dos serviços socioassistenciais.

Ressalta-se que a não inclusão no PCA não afasta a possibilidade de contratação, desde que devidamente motivada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente quando presente necessidade pública relevante e imprevisível no momento do planejamento.

Ademais, a presente contratação foi previamente submetida à análise e aprovação da autoridade competente, que reconheceu sua necessidade e urgência, considerando o impacto direto na continuidade dos serviços públicos essenciais.

Importante destacar que a despesa se encontra devidamente prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA), havendo compatibilidade com o planejamento orçamentário e financeiro do Município.

Dessa forma, resta demonstrado o adequado alinhamento da contratação com o planejamento administrativo, ainda que não prevista originalmente no PCA, em razão de circunstância superveniente, devidamente justificada e autorizada, atendendo ao interesse público e à continuidade dos serviços.

14. RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem como objetivo principal a recomposição da frota municipal, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados pelo Gabinete e pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Nesse contexto, os resultados pretendidos são:

Garantir a continuidade dos serviços públicos, evitando interrupções decorrentes da inexistência de veículos para deslocamento das equipes;

Assegurar maior eficiência administrativa, proporcionando meios adequados para execução das atividades institucionais, reuniões, atendimentos e ações de gestão;

Fortalecer a execução das políticas públicas de assistência social, possibilitando a realização de visitas domiciliares, acompanhamento técnico de famílias, transporte de usuários e atuação em situações de vulnerabilidade social;

Reduzir custos indiretos, evitando despesas com locações emergenciais, manutenção excessiva de veículos antigos e uso inadequado de veículos de outras secretarias;

Melhorar as condições de trabalho dos servidores, com disponibilização de veículos seguros, confortáveis e adequados às atividades desempenhadas;

Aumentar a segurança no transporte de servidores e usuários, por meio da utilização de veículos novos e com tecnologias atualizadas;

Promover maior controle e gestão da frota, permitindo planejamento de manutenção, redução de falhas operacionais e melhor previsibilidade de custos;

Atender ao interesse público, garantindo a prestação eficiente, contínua e de qualidade dos serviços à população.

Dessa forma, a contratação busca não apenas suprir a ausência de veículos, mas também elevar o padrão de qualidade dos serviços públicos municipais, assegurando eficiência, economicidade e efetividade na atuação da Administração.



15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Emissão de gases poluentes

Os veículos movidos a combustíveis fósseis emitem gases como CO₂, NO_x e outros poluentes atmosféricos, contribuindo para a poluição do ar e mudanças climáticas.

Consumo de combustíveis fósseis

A utilização contínua dos veículos implica no consumo de gasolina/etanol, impactando os recursos naturais.

Geração de resíduos

Manutenções periódicas geram resíduos como óleos lubrificantes, filtros, pneus e peças automotivas.

Impactos na fabricação dos veículos

A produção industrial envolve uso de recursos naturais, energia e geração de resíduos.

Descarte ao final da vida útil

Destinação inadequada pode gerar contaminação ambiental.

MEDIDAS MITIGADORAS

Eficiência energética

Exigência de veículos com classificação mínima “C” no Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), visando menor consumo de combustível e redução de emissões.

Manutenção preventiva

Realização de revisões periódicas para garantir melhor desempenho do motor, redução de emissão de poluentes e maior vida útil do veículo.

Uso racional dos veículos

Planejamento de rotas e otimização de deslocamentos, evitando uso desnecessário e reduzindo consumo de combustível.

Destinação ambientalmente adequada de resíduos

Encaminhamento de resíduos (óleos, pneus, filtros e peças) para empresas licenciadas, em conformidade com a legislação ambiental e logística reversa.

Prioridade a combustíveis menos poluentes

Sempre que possível, utilização de etanol, que possui menor impacto ambiental em comparação à gasolina.

Renovação da frota

Substituição de veículos antigos por novos, mais eficientes e menos poluentes, reduzindo impactos ambientais.

Destinação final adequada

Ao final da vida útil, os veículos deverão ser alienados conforme legislação vigente, garantindo reaproveitamento e descarte adequado.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento (ou este servidor) declara VIÁVEL esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.



MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 95.594.776/0001-93

Avenida do Rosário, 228 Fone 45 3288-1144 CEP 85795-000 Santa Lúcia – Pr.

Santa Lúcia-Pr., 22 de abril de 2026.

SILVANO TORTELLI
Matrícula: 11391
GABINETE DO PREFEITO

SILVANIA APARECIDA COSTA
Matrícula: 11421
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FERNANDA.C. BOHN DA SILVA
Matrícula: 10661
AGENTE DE PLANEJAMENTO